



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Plano de Ensino		
Universidade Federal do Espírito Santo	Campus:	Goiabeiras
Curso: Ciências Contábeis		
Departamento Responsável:	Departamento de Ciências Contábeis (DCC)	
Data de aprovação (Art. Nº 91):	Semestre: 2025/1	
Docente: Paulo Henrique Amaral Rody		
Qualificação/link para o Currículo Lattes:	http://lattes.cnpq.br/0694452670714443	
Disciplina: Planejamento Tributário I	Código:	CON06337
Período: 5º	Turma:	2
Pré-requisito: Contabilidade Intermediária I e Direito Empresarial	Carga Horária Semestral: 60 horas	
Créditos:	Distribuição da Carga Horária Semestral	
	Teórica	Exercício
	60	0
Ementa:		
Análise crítica das alternativas de elisão fiscal em relação aos principais tributos. Simulação e dissimulação. Crimes de sonegação fiscal. Incentivos fiscais federais, estaduais e municipais.		
Objetivos Específicos:		
<ul style="list-style-type: none">• Revisar o Sistema Tributário Nacional;• Compreender as formas de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos tributos sobre o faturamento/consumo e sobre o lucro/renda;• Compreender a classificação contábil de tributos de acordo com seu fato gerador;• Conhecer as obrigações acessórias relacionadas com os tributos sobre o faturamento e sobre o lucro;• Entender a Reforma Tributária.		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Conteúdo Programático:

1 – Revisão do Sistema Tributário Nacional:

Conceito de Tributo; contribuições especiais; elementos do tributo; limitações ao poder de tributar; princípios da não cumulatividade e seletividade; competência tributária; classificações dos tributos e fontes de direito.

2 – Tributos sobre o Faturamento:

2.1 – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS):

Competência tributária; fato gerador; contribuinte; base de cálculo; alíquotas; período de apuração; lançamento por estimativa; metodologia de apuração; e contabilização.

2.2 – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI):

Competência tributária; incidência; princípios da não cumulatividade e da seletividade; fato gerador; contribuintes; base de cálculo, alíquota, período de apuração; e contabilização.

2.3 – Programa de Integração Social (PIS):

Base legal; competência tributária; objetivo; princípios da cumulatividade e não cumulatividade; destinação; contribuintes; base de cálculo; alíquotas; período de apuração; geração de crédito; metodologia de apuração; e contabilização.

2.4 – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):

Base legal; competência tributária; objetivo; princípios da cumulatividade e não cumulatividade; destinação; contribuintes; base de cálculo; alíquotas; período de apuração; geração de crédito; metodologia de apuração; e contabilização.

2.5 - Imposto sobre as Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS):

Competência tributária; princípios da não cumulatividade e da seletividade; período de apuração; fato gerador; contribuintes; incidência; não incidência; base de cálculo; alíquotas; ICMS Diferencial de Alíquota; ICMS Substituição Tributária; e contabilização.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

2.6 – Reforma tributária:

Princípios, Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), Imposto sobre Bens e Serviços IBS, IS (Imposto Seletivo), transição.

3 – Tributos sobre a Renda:

3.1 – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ):

Fato gerador; base de cálculo e metodologia de apuração (montante real, presumido e arbitrado); contribuinte; período de apuração; alíquotas; isenções; e contabilização.

3.2 – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

Fato gerador; base de cálculo e metodologia de apuração (montante real, presumido e arbitrado); contribuinte; período de apuração; e alíquota.

3.3 – Tributos diferidos:

Diferenças temporárias; diferenças permanentes; e contabilização.

3.4 – Lucro Real:

Obrigatoriedade; recolhimento trimestral; recolhimento por estimativa; e base de cálculo.

3.5 – Lucro Presumido:

Límite para opção; período de apuração; e base de cálculo.

3.6 – Simples Nacional:

Base legal; benefícios; microempresas e empresas de pequeno porte; restrições para opção; abrangência; periodicidade; guia de recolhimento; vedações; alíquotas; base de cálculo; recolhimento; créditos; obrigações acessórias; e obrigações trabalhistas.

3.7 - Microempreendedor Individual (MEI):

Regras gerais; documentação necessária para o MEI; obrigações acessórias do MEI; custo tributário do MEI; e Imposto de Renda da Pessoa Física para o MEI.

4 - Escrituração Fiscal e Obrigações Acessórias:

4.1 – Escrituração Fiscal:

Registros de Entradas, Saídas e Outros.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

4.2. Obrigações Acessórias:

Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS); Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF); Declaração de Operações Tributáveis (DOT); Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA).

4.3 - Sistema Público de Escrituração Digital (SPED):

Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Escrituração Contábil Digital (ECD); Escrituração Fiscal Digital (EFD); Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS (EFD PIS/COFINS); e Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica:

Classificação contábil dos seguintes tributos: IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), IPTU (Imposto Territorial Urbano), IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações), ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), ITR (Imposto Territorial Rural), Taxas e Contribuições de Melhoria.

6 – Reforma Tributária:

Possíveis alterações no Sistema Tributário Nacional.

Metodologia:

- Aulas expositivas e interativas com a utilização do data show do quadro branco e pincel.
- Primeira parte da aula: exposição de conteúdo pelo professor.
- Segunda parte da aula: contextualização do conteúdo apresentado, por meio de resoluções de exercícios, estudos de caso e demais atividades de fixação de conteúdo.
- O material da disciplina será divulgado pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Critérios / Processo de avaliação da aprendizagem:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

$$\text{Média Parcial} = \frac{(\text{Nota Avaliação 1} \times \text{Peso 1}) + (\text{Nota Avaliação 2} \times \text{Peso 1})}{2}$$

Será aprovado o aluno que alcançar a média parcial maior ou igual a 7,00 (sete).

O aluno que obter média parcial inferior a 7,00 (sete), ficará de prova final, precisando alcançar a média final maior ou igual a 5,00 (cinco) pela soma da nota da média parcial + nota da prova final divididos por 2,00 (dois).

A prova final, individual e sem consulta, será aplicada de acordo com o calendário acadêmico e abordará todo o conteúdo programático da disciplina.

Os alunos deverão observar as normas da Universidade referentes à frequência e faltas às aulas.

(1) Avaliação 1 (10 pontos): Prova bimestral 1, individual e sem consulta, abordando o conteúdo do primeiro bimestre.

(2) Avaliação 2 (10 pontos): Prova bimestral 2, individual e sem consulta, abordando o conteúdo do segundo bimestre.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. de 05 de outubro de 1988. Código Tributário Nacional. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária.** 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Luiz Carlos Martins de [et al.]. **Manual de contabilidade tributária.** 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Amaury José, PEREIRA, Carlos Alberto e ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Contabilidade Tributária: Entendendo a Lógica dos Tributos e Seus Reflexos Sobre os Resultados das Empresas.** 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Euridice S. Mamede de; LINS, Luiz dos Santos; BORGES, Viviane Lima. **Contabilidade Tributária. Um Enfoque Prático nas Áreas Federal, Estadual e Municipal.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. Institui o Programa de Integração Social e dá outras providências. Lei



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Complementar nº 7, de 07 de setembro de 1970.

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (DOU de 15/12/2006).

Institui contribuição para o financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991.

Dispõe sobre o ICMS e dá outras providências. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 (DOU de 01/08/2003).

Lei das Sociedades por Ações. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências. Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados. Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010.

Regulamento do Imposto de Renda. Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (DOU de 28/12/2007).

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

Dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) []. Lei Complementar nº 175, de 23 de setembro de 2020.

Altera o Sistema Tributário Nacional. Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

CGSN. Dispõe sobre o Simples Nacional e dá outras providências. Resolução nº 140, de 22 de maio de 2018 (DOU de 24/05/2018) e alterações.

CHAVES, Francisco Coutinho; MUNIZ, Érika Gadêlha. **Contabilidade Tributária na Prática.** 2^a Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CONFAZ. Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – EFD. Ajuste SINIEF 2 de 03 de abril de 2009 (DOU de 08/04/2009).

Dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

fiscais por contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados. Convênio ICMS 57/1995 (DOU de 30/06/1995).

CPC. Tributos sobre o lucro. Pronunciamento Técnico CPC 32 (27/07/2009).

ESPÍRITO SANTO. Regulamento do ICMS. Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002 (DOE de 25/10/2002).

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. Contabilidade Tributária. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTASSI, André Luís; CILLO, André Roberto; CILLO, Geraldo; NAZARETH, Luiz Gustavo Camarano. Contabilidade e gestão tributária: teoria, prática e ensino. São Paulo: Cengage, 2018.

PEGAS, Paulo Henrique. Manual de Contabilidade Tributária. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2022.

RIBEIRO, Osni Moura; PINTO, Mauro Aparecido. Introdução à Contabilidade Tributária. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, Mateus Alexandre Costa dos. Contabilidade Tributária: Um enfoque nos IFRS e na Legislação do IRPJ. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VITÓRIA. Altera e legislação do ISSQN. Lei nº 6.075, de 30/12/2003.

Observações:

Além das referências acima, ao longo do semestre poderão ser indicados novos textos, teses, dissertações, livros e artigos atualizados para melhor acompanhamento do conteúdo do curso.

Cronograma das aulas:

Aula	Data	Conteúdo Programático
1	23/04/2025	Apresentação do Plano de Ensino
2	25/04/2025	1 – Revisão do Sistema Tributário Nacional – Parte 1
3	30/04/2025	1 – Revisão do Sistema Tributário Nacional – Parte 2
4	02/05/2025	1 – Revisão do Sistema Tributário Nacional – Parte 3
5	07/05/2025	1 – Revisão do Sistema Tributário Nacional – Parte 4
6	09/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 1
7	14/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 2
8	16/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 3
9	21/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 4
10	23/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 5
11	28/05/2025	2 – Tributos sobre o Faturamento – Parte 6
12	30/05/2025	3 – Tributos sobre a Renda – Parte 1
13	04/06/2025	3 – Tributos sobre a Renda – Parte 2
14	06/06/2025	3 – Tributos sobre a Renda – Parte 3



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

15	11/06/2025	Prova 01
16	13/06/2025	Correção Prova 1
17	18/06/2025	4 - Escrituração Fiscal e Obrigações Acessórias – Parte 1
18	25/06/2025	4 - Escrituração Fiscal e Obrigações Acessórias – Parte 2
19	27/06/2025	4 - Escrituração Fiscal e Obrigações Acessórias – Parte 3
20	02/07/2025	4 - Escrituração Fiscal e Obrigações Acessórias – Parte 4
21	04/07/2025	5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica – Parte 1
22	09/07/2025	5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica – Parte 2
23	11/07/2025	5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica – Parte 3
24	23/07/2025	5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica – Parte 4
25	25/07/2025	5 – Outros Tributos da Pessoa Jurídica – Parte 5
26	30/07/2025	6 – Reforma Tributária – Parte 1
27	01/08/2025	6 – Reforma Tributária – Parte 2
28	06/08/2025	Prova 2
29	08/08/2025	Correção Prova 2
30	13/08/2025	Resultado Parcial
	03/09/2025	Prova Final

*Este cronograma poderá ser alterado no decorrer do semestre e dado a ampla divulgação entre os discentes.